

11 JUN 2019

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TJ: terceirização pode ser opção para redução de gastos

Diante do aumento da força de trabalho necessária para cumprir a recente decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que determina a estatização de mais de 170 serventias do estado, o presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira, disse que sua gestão avalia como alternativa a terceirização de funções nos cartórios judiciais para diminuir custos com folha de pagamento e aposentadorias futuras.

“CGU, AGU e outros órgãos utilizam terceirizados funcionando bem, inclusive em varas cíveis, principalmente em serviços corriqueiros”, afirmou.

De acordo com o presidente do TJ, o levantamento de cargos em andamento deve responder quantos trabalhadores terceirizados e servidores nos cartórios serão necessários. Há garantia que não existirá serventia só com terceirizados e que haverá um mínimo de técnicos e analistas por cartório.

Atualmente, o Judiciário do Paraná é o quarto maior do país, composto por cerca de 18 mil profissionais entre efetivos, magistrados, estagiários e comissionados.

MAIS DE 155 MIL INSCRIÇÕES NO CONCURSO

Existe um concurso em andamento no TJPR para provimento de 114 vagas no cargo de Técnico Judiciário do 1º Grau de Jurisdição.

Foram registradas mais de 155 mil inscrições para vagas que serão distribuídas entre a capital e o interior do estado. A prova deve ser aplicada até o mês de agosto e a data divulgada no site do tribunal (www.tjpr.jus.br) com no mínimo 30 dias de antecedência, assim que a organizadora do concurso concluir a definição dos locais.

O Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (CEBRASPE), antigo Cespe UNB, foi a empresa contratada sem a exigência de licitação, por meio de dispensa, para execução do concurso.

A direção atual do TJPR chegou a cogitar a suspensão do certame cujo edital e inscrições ocorreram no ano de 2017, sob a alegação de necessidade da avaliação de decisões do CNJ.

11 JUN 2019

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Ministro convoca audiência para discutir conflitos federativos sobre questões fiscais de estados e União

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), conduzirá no dia 25 de junho audiência pública para discutir os conflitos federativos relacionados ao bloqueio, pela União, de recursos dos estados-membros em decorrência da execução de contragarantia em contratos de empréstimos não quitados. A audiência terá início às 9h30, na Sala de Sessões da Primeira Turma do STF. O primeiro expositor, o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, falará sobre o panorama fiscal da União e dos estados.

Calamidade

O tema é objeto da Ação Cível Originária (ACO) 3233, da qual o ministro Fux é relator, ajuizada pelo Estado de Minas Gerais, que alega não ter conseguido saldar a parcela anual de um empréstimo contraído com o banco Credit Suisse em razão da penúria fiscal e da calamidade pública decorrente do rompimento de uma barragem da mineradora Vale, no Município de Brumadinho.

Em fevereiro, o ministro concedeu liminar para que a União se abstinhasse de bloquear R\$ 612,5 milhões das contas do estado e determinou a devolução de eventuais valores já bloqueados. Diversos estados vêm ajuizando ações semelhantes no STF.

Debate interinstitucional

Em 28 de maio, em audiência de conciliação designada pelo relator, a União e Minas

Gerais concordaram com a convocação de audiência pública, visando à promoção de um debate interinstitucional entre representantes da União e dos estados, a fim de que sejam prestados esclarecimentos técnicos sobre os conflitos federativos submetidos à jurisdição do STF.

“A temática versada nessa ação, à similaridade de outras mais, reclama apreciação que ultrapassa os limites do estritamente jurídico, seja por sua complexidade, seja pela relevância constitucional e institucional”, afirma o ministro Fux ao convocar a audiência. Na sua avaliação, a matéria demanda abordagem técnica e interdisciplinar, “atenta às nuances das repercussões práticas e econômicas que os conflitos federativos de ordem fiscal e financeira podem acarretar”.

A proposta da realização da audiência pública, segundo o relator, é abordar os diversos temas controvertidos na ACO 3233 e os desdobramentos sobre temas conexos relativos ao federalismo fiscal brasileiro, para que o STF possa ser municiado de informações imprescindíveis para a solução do caso.

Panorama fiscal

O ministro ressalta que as exposições dos representantes da União e dos estados não se destina a colher interpretações jurídicas, mas a esclarecer questões técnicas a respeito dos temas atinentes aos conflitos federativos de ordem financeira e fiscal discutidos nesse e em outros processos.

11 JUN 2019

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

FÁBIO CAMPANA

Riscou a lataria

Uma bomba. Risca a lataria de Sergio Moro e do time de procuradores da Lava Jato, especialmente de Deltan Dallagnol. O site The Intercept Brasil publicou três matérias com o suposto conteúdo de chats privados de integrantes da força-tarefa da Lava Jato e diálogos do então juiz Sergio Moro com Deltan Dallagnol. Divulgou trocas de mensagens de Dallagnol com procuradores num grupo de bate-papo, dias antes de apresentar a denúncia contra Lula no caso do triplex. O coordenador da Lava Jato mostrava preocupação com fundamentação da acusação e posterior a repercussão do caso.

Há também trocas de mensagens entre Dallagnol e Moro, então juiz da 13ª Vara Federal no Paraná. Numa mensagem, o procurador reclama das críticas da imprensa por causa da denúncia, ao que Moro responde: “Definitivamente, as críticas à exposição de vcs são desproporcionais. Siga firme.”

O site ‘The Intercept’ reproduz ainda diálogos entre Moro e Dallagnol, dando a entender que houve interferência do juiz na investigação, por meio de sugestões e críticas. Uma das conversas ocorreu depois da decisão do STF de soltar Alexandrino Alencar, então diretor de relações institucionais da Odebrecht.

Filhotes defendem Moro

Os filhos políticos do presidente Jair Bolsonaro (PSL) saíram em defesa do ministro Sergio Moro (Justiça) e criticaram a imprensa após a divulgação pelo site Intercept Brasil de mensagens atribuídas ao ex-juiz e ao procurador Deltan Dallagnol, do Ministério Público Federal (MPF).

11 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO

Pelo devido processo

Mensagens oriundas de ato ilícito mostram comportamento às raias da promiscuidade na relação entre Moro e procuradores da Lava Jato

Quem acompanha a movimentação de juízes, policiais e procuradores desde que se instalaram as mais ambiciosas e bem-sucedidas operações anticorrupção no Brasil não se surpreendeu, infelizmente, com a revelação da proximidade, às raias da promiscuidade, entre o então magistrado federal Sergio Moro e investigadores da Lava Jato.

Trechos de mensagens privadas divulgados pelo site The Intercept sugerem que o juiz nem sempre observou a equidistância entre acusação e defesa. Deu dicas de estratégia processual aos procuradores sob o comando de Deltan Dallagnol, repassou-lhes o nome de um possível denunciante e cobrou-lhes pelo estio de operações policiais.

Sobre os procuradores, diálogos indicam ansiedade com fatos acerca do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), no episódio da divulgação irregular da conversa com sua sucessora Dilma Rousseff, em março de 2016, e sobre a perspectiva, afinal censurada pelo Supremo Tribunal Federal, de entrevista à Folha, em setembro de 2018.

As mensagens, tudo leva a crer, foram subtraídas de procuradores da Lava Jato em ação criminosa. Trata-se de um delito grave, que precisa ser apurado pela Polícia Federal. Não é reconfortante que esteja sob a mira de malfetores um grupo de autoridades incumbidas de investigar crimes de corrupção.

Também há que considerar a origem anômala das provas no mo-

mento de decidir se podem ser usadas na Justiça, em ações que de certo surgirão dessas informações, procurando anular algumas decisões tomadas por Moro como juiz.

Ao jornalismo, entretanto, desde que não tenha participado do ato de extração ilegal dos dados, cabe a tarefa de avaliar o que há ali de interesse da coletividade e publicar.

Não haveria nada de relevante a tornar público, nesse caso, se juiz e procuradores tivessem se mantido sempre dentro dos respectivos protocolos. Juiz julga. Comunica-se com as partes, como são o Ministério Público para a acusação e os advogados para a defesa, apenas nos atos formais previstos na lei.

A Lava Jato tem uma obra invejável a defender. Quebrou paradigmas de impunidade em elites empresariais e políticas que se lançaram numa corrida desleal e corrupta por privilégios, poder e negócios.

Mas, com alguma frequência, foi flagrada também a praticar heterodoxias processuais e a patrocinar invectivas que ameaçam direitos fundamentais de quem é perseguido por um braço do Estado.

Nesse período, o cacoete de extrapolar papéis constitucionais, em nome do combate ao crime, também se manifestou em autoridades na Procuradoria-Geral da República e no Supremo Tribunal Federal.

Não é forçando limites da lei que se debela a corrupção. Quando o devido processo não é estritamente seguido, só a delinquência vence.

TIROTEIO

“O caso se reveste de extrema gravidade uma vez que compromete princípio fundamental do Judiciário, a imparcialidade”

Do ex-procurador-geral Claudio Fonteles, sobre as mensagens que revelam troca de informações entre Moro e Dallagnol na Lava Jato

FOLHA DE S. PAULO

RANIER BRAGON

O mito do juiz imparcial

BRASÍLIA Com uma sentença de 238 páginas divulgada em 12 de julho de 2017, Sergio Moro plantou os alicerces da rigorosa decisão que mandaria Luiz Inácio Lula da Silva para a cadeia e o retiraria das eleições presidenciais do ano seguinte.

Quase dois anos depois, e apesar de colecionar ações controversas, o hoje ministro da Justiça de Jair Bolsonaro ainda guardava razoável aura de magistrado imparcial, implacável contra o malfeito e alheio às velhacarias palacianas.

As conversas secretas reveladas pelo site The Intercept Brasil neste domingo (9), porém, não dão margem a dúvida. O juiz tomou lado.

Lula, ao que tudo indica, não foi alvo de um julgamento necessariamente isento, mas enfrentou uma dobradinha intramuros entre acusadores e o magistrado —o mesmo que, dias após as eleições, pulou oficialmente no barco do maior beneficiário político de suas decisões.

O que diriam os antipetistas radicais se as conversas reveladas mostrassem Moro orientando, passando dicas ou antecipando decisões aos advogados de Lula?

De acordo com a sentença proferida pelo então xerife da Lava Jato, restou provado que o ex-presidente receberia da OAS um triplex no Guarujá (SP) tendo que pagar apenas o preço de uma unidade convencional.

Há delações, documentos, mensagens e outros elementos nesse sentido. As conversas secretas que agora vêm a público, porém —e que se alinham a outros movimentos de Moro e do Ministério Público—, minam a credibilidade desse trabalho.

Tudo indica que o material que chegou ao Intercept foi colhido de forma criminosa, o que deve ser apurado e punido. Mas não há dúvida que tem relevância e interesse público suficiente para ser publicado.

Moro foi ator decisivo nos recentes acontecimentos da República. É cotado para o Supremo Tribunal Federal ou para a Presidência e é tratado como super-herói em atos de rua. É muito salutar que seja despedido de capas que não lhe servem. A do juiz imparcial acaba de cair.

11 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

A tragédia do normal

SÃO PAULO AS mensagens trocadas entre Sergio Moro e Deltan Dallagnol sobre os processos de Lula deixam o ex-juiz em maus lençóis. O prejuízo político é líquido e certo. Se o pacote de medidas de segurança proposto pelo herói da Lava Jato e atual ministro da Justiça já era visto com certa má vontade pelos parlamentares, sua tramitação fica agora empacada. Moro tem muitas explicações a dar. Até sua nomeação para uma vaga no STF se tornou mais difícil.

Na esfera jurídica as implicações são mais nebulosas. Pelo que o site The Intercept Brasil divulgou até agora, não há sugestão de que Moro e os procuradores tenham interferido na realidade fática das provas, o que seria inapelavelmente razão para anular tudo. Está claro, porém, que o ex-juiz e os procuradores estabeleceram uma relação de proximidade absolutamente inadequada, que dá substrato à suspeita, desde sempre levantada pela defesa do ex-presidente, de que Moro não atuava com imparcialidade.

Ao fim e ao cabo, caberá ao STF determinar se isso é o suficiente para anular feitos da Lava Jato e, em caso positivo, em qual extensão. Se o vazamento tivesse ocorrido um ano atrás, Moro muito provavelmente passaria incólume. Hoje, contudo, a situação é outra. Em parte devido a erros táticos e posicionamentos políticos inoportunos da força-tarefa, o Supremo já não chancela todas as ações de Curitiba.

Concordo com praticamente tudo o que Celso Rocha de Barros escreveu em sua coluna desta segunda na **Folha**, mas acho que ele escolheu mal as palavras quando disse que o vazamento dá força à tese de que o julgamento de Lula não foi "normal".

A tragédia da Justiça brasileira é que manipulações estratégicas e relacionamentos promíscuos entre juizes e partes são normais demais, da primeira à última instância. Se olharmos com lupa, não são muitos os processos que passariam num escrutínio ético um pouco mais rigoroso. É um horror, mas é a Justiça que temos.

11 JUN 2019

11 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO

O ASSUNTO É VAZAMENTOS NA LAVA JATO

JOSÉ PADILHA

Cineasta, diretor dos filmes 'Tropa de Elite' (2007), 'Tropa de Elite 2' (2010) e 'RoboCop' (2014)

Manadas de WhatsApp

Operação foi embate entre corruptos e justiceiros

Critiquei, recentemente, uma parte do pacote anticrime que o ministro Sergio Moro (Justiça) enviou ao Congresso. Mais precisamente, a que estimula o crescimento da violência policial no país. Moro respondeu com um "post" sem qualquer referência aos dados que citei. Disse, numa alusão ao fato de que sou cineasta, que minha crítica era ficção, como se não existissem milícias no Brasil. O descaso de Moro com dados que contrariam suas crenças é um exemplo do que chamo de desonestidade intelectual.

Outro exemplo é a atitude da maioria dos formadores de opinião brasileiros, à direita e à esquerda. Uma parte se recusa a admitir que caiu no conto do vigário de Lula, se recusa a aceitar que ele capitaneou a associação PT-PMDB com um cartel de empreiteiros que desviou bilhões de dólares dos cofres públicos. A outra finge não ver que Jair Bolsonaro, além de desqualificado, tem conexões com a esgotosfera da polícia do Rio de Janeiro. No que tange à honestidade intelectual, a direita pró-Bolsonaro e a esquerda pró-Lula se tornaram irmãs siamesas: nunca mudam de opinião. Não admitem a falibilidade de seus intelectos porque não satisfazem a definição do filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein. Não são pensadores, são membros de comunidades de ideias, de gru-

pos de WhatsApp onde identidade tribal é critério de verdade.

Considere, leitor, os seguintes enunciados: 1 - a violência policial é um problema no Brasil; 2 - não deve haver uma reforma da Previdência; 3 - todos os atos de Moro na Lava Jato foram nefastos; 4 - Dilma e Lula são honestos; 5 - não pode haver privatizações; 6 - prisão em segunda instância é cercar o direito de defesa; 7 - o mensalão não existiu; 8 - a liberdade sexual é um direito individual; 9 - a maconha deve ser legalizada; e 10 - o impeachment foi um golpe.

A esquerda petista acredita em todos os enunciados acima. Já a direita bolsonarista não acredita em nenhum. Note, entretanto, que não há conexão lógica entre esses enunciados. A aceitação de um não implica a de outros. Nada impede, por exemplo, que alguém admire o combate do deputado Marcelo Freixo (PSOL-RJ) às milícias, considere importante o ataque à roubalheira de Lula e companhia, que seja a favor da reforma da Previdência, que ache que Moro errou feio ao se associar a Bolsonaro, que defenda a liberdade sexual e a legalização da maconha, que ache que Dilma roubou, a despeito de o impeachment ter sido golpe, e que seja a favor da prisão após condenação em segunda instância. Uma pessoa assim, porém, não cabe nem

no petismo nem no bolsonarismo.

Evidentemente, o leitor já concluiu que essa pessoa sou eu. A questão é: como é que virei tão "gauche" na vida? Respondo: se novos fatos contrariam as minhas crenças, mudo de crença em vez de negar os fatos. As mensagens vazadas de Moro, por exemplo, mostram um juiz trabalhando com procuradores para condenar réus. À luz deste fato, concluo que a Lava Jato foi um embate entre políticos corruptos e uma equipe de justiceiros...

O nome que dou à metodologia que coloca fatos à frente de crenças é "racionalidade". O nome que dou à negação da racionalidade é "desonestidade intelectual". Note, todavia, que as manadas de WhatsApp não definem "desonestidade intelectual" como eu. Para elas, um sujeito é desonesto intelectualmente quando contraria as crenças da sua manada. Honestidade intelectual, para esta gente, é coesão social. Concorde com alguma das proposições acima em um grupo de WhatsApp de direita, ou discorde em um de esquerda, pra ver o que acontece...

Ao ler a minha crítica a Moro, parte da esquerda assumiu que eu estava aceitando todas as suas outras teses. Alguns até disseram que "era tarde", como seu eu estivesse pleiteando vaga em sua manada. Cruz-credo, digo eu! Faço questão de não pertencer nem ao petismo nem ao bolsonarismo, as duas manadas dominantes no Brasil. Sob o risco de soar como um guru — e já soando —, sugiro a ambas que observem calmamente o que se passa em seus grupos de WhatsApp. Se fizerem isso, perceberão que nunca mudam de ideia porque têm medo do julgamento de seus pares. Perceberão que são reféns uns dos outros e que vivem uma dinâmica social que se opõe à razão. Concluirão, como Wittgenstein, que "o inferno não são os outros, o inferno são vocês mesmos".

CONTINUA

11 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

ROBERTO LIVIANU

Promotor de Justiça em São Paulo, doutor em direito pela USP, idealizador e presidente do Instituto Não Aceito Corrupção

Desqualificação da defesa da sociedade

Não houve o cuidado de examinar supostas provas

Eram previsíveis terríveis reações a partir do momento em que membros do sistema de Justiça e da Receita Federal se deram conta da magnitude do alcance dos fatos apurados pela Lava Jato, que nos seus mais de cinco anos viveu por um fio, sob ataque permanente por ter investigado, processado e punido aqueles que sempre se consideraram intocáveis.

Já se pretendeu proibir por lei delações premiadas de presos, ao arrepio do princípio constitucional da isonomia, assim como criminalizar membros da magistratura em virtude da mera interpretação da lei, o que o mundo ocidental democrático aboliu há séculos, a partir da consolidação dos ideais iluministas.

Eis que agora o site The Intercept divulga o suposto fruto de devassas ilegalmente feitas por hackers em aparelhos de celulares de membros do Ministério Público Federal (MPF) e do então juiz Sergio Moro.

E, imediatamente, já se formulam pedidos de anulação de provas e de solturas imediatas de condenados.

Não houve o cuidado de examinar profundamente tais “novos elementos de prova”, desconsiderando que acusações foram julgadas nas quatro instâncias, não sendo as condenações obra de um único indivíduo, mas, sim, fruto da análise criteriosa da Justiça, observado o devido processo legal, o duplo grau de jurisdição e a inexistência da previsão legal do direito à impunidade.

Além de se tratar de prova ilícita, vale destacar em caráter hipotético que sequer há condições para sabermos se tais diálogos tiveram divulgação seletiva, se são íntegros ou foram mutilados ou adulterados. No entanto, ocorre que —além de ser criminosa a invasão a diálogos privados, bem como sua divulgação— não se sabe com segurança quem os obteve e quem deles participou.

Ademais, para argumentar, ainda que não recomendáveis, tais diálogos, como foram divulgados, não revelam conluio devastador entre o órgão que defende a sociedade e o que julga para que possa gerar a conclusão apressada de quebra de imparcialidade do atual ministro Sergio Moro e da necessidade inexorável de rever processos já examinados em todas as instâncias.

É comum e razoável que, no dia a dia da distribuição da Justiça, magistrados dialoguem com procuradores e com advogados, especialmente numa situação como esta em que se constituiu uma força-tarefa, com trabalhos realizados de forma colaborativa entre MPF, Polícia Federal, magistratura e Receita Federal.

Enfatiza-se a importância do pleno cumprimento dos papéis do CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público) e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), que podem e devem agir, sempre de forma cautelosa diante das circunstâncias, sendo de bom alvitre, antes de mais nada, pedir informações detalhadas aos mencionados.

Sem a pretensão de querer defender os envolvidos, merece aplausos o trabalho feito pela Lava Jato, que mudou nossa história no combate à corrupção e reversão da impunidade. Não é tolerável a velha estratégia de desqualificar quem defende a sociedade quando é impossível enfrentar a robustez das provas incriminatórias.

11 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO

OAB sugere afastamento de citados, e conselho abre apuração contra Deltan

Thais Arbex e
Mônica Bergamo

BRASÍLIA E SÃO PAULO A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) vai recomendar o afastamento temporário do ministro da Justiça, Sergio Moro, do coordenador da força-tarefa da Lava Jato, Deltan Dallagnol, e dos demais procuradores da República citados na série de reportagens do The Intercept Brasil até o encerramento das investigações sobre o vazamento da troca de mensagens.

Em nota divulgada nesta tarde, o conselho federal da entidade defende “investigação plena, imparcial e isenta”, diante da “gravidade dos fatos” e do que chama de “possível relação de promiscuidade” na condução de ações penais no âmbito da Lava Jato.

“A íntegra dos documentos deve ser analisada para que, somente após o devido processo legal — com todo o plexo de direitos fundamentais que lhe é inerente —, seja formado juízo definitivo de valor”, diz o texto.

A entidade também afirma ter ficado “perplexa” não só pelo conteúdo das conversas gravadas, “que ameaçam caros alicerces do Estado democrático de Direito”, mas também pelo fato de autoridades públicas supostamente terem sido hackeadas, “com grave ris-

co à segurança institucional”.

Para a OAB, a eventual investigação do caso deve preservar a independência e imparcialidade do Poder Judiciário, a liberdade de imprensa e a prerrogativa Constitucional de sigilo da fonte. “Tudo como forma de garantir a solidez dos pilares democráticos da República.”

Ainda nesta segunda, o corregedor nacional do Ministério Público, Orlando Rochadel, abriu um processo administrativo disciplinar contra os procuradores mencionados na série de reportagens.

Em sua decisão, Rochadel determina que Deltan e os colegas da Lava Jato prestem informações ao CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público) no prazo de dez dias.

Procurador é alvo de representação por opinar sobre Senado

Orlando Rochadel, corregedor nacional do Ministério Público, instaurou processo administrativo disciplinar contra Deltan Dallagnol. Para ele, o procurador atuou partidariamente em janeiro fazer postagens pelo voto aberto e contra a eleição de Renan Calheiros (MDB-AL) à presidência do Senado.

“Sem adiantar qualquer juízo de mérito, observa-se que o contexto indicado assevera eventual desvio na conduta de Membros do Ministério Público Federal, o que, em tese, pode caracterizar falta funcional”, escreveu o corregedor.

Rochadel atendeu a um pedido dos conselheiros do CNMP Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho, Gustavo do Vale Rocha, Leonardo Accioly da Silva e Erick Venâncio Lima do Nascimento.

A iniciativa pela investigação foi relevada na manhã desta segunda-feira pela coluna Mônica Bergamo, da Folha.

A revelação da troca de mensagens entre o juiz e procuradores da Lava Jato também motivou um manifesto do grupo de advogados Prerrogativas.

O texto pede o afastamento imediato dos envolvidos e é assinado por nomes como Lênio Streck, Celso Antonio Bandeira de Mello e Pedro Serrano, além de cerca de 400 profissionais do direito.

Segundo o manifesto, a “República de Curitiba [...] sempre foi ação política coordenada, sem escrúpulos e sem nenhum compromisso com o país e suas instituições republicanas”.

Os advogados pedem ainda a abertura de procedimentos por Congresso, CNJ e CNMP “para investigar os supostos crimes cometidos”.

11 JUN 2019

FOLHA DE S. PAULO

Em início de crise, ministro fica isolado, e LavaJato prova do seu próprio veneno

ANÁLISE

Igor Gielow

SÃO PAULO Os primeiros movimentos sísmicos do mundo político após a revelação das conversas atribuídas a Sergio Moro, Deltan Dallagnol e outros lava-jatistas sugerem que o ex-juiz e atual ministro da Justiça não terá apoio irrestrito fora das redes sociais nesta crise.

O silêncio do chefe, Jair Bolsonaro (PSL), foi o mais eloquente. Um fator que pode mudar isso é o comportamento das redes sociais.

Significativamente, a articulação de uma eventual CPI está na mão da mesma esquerda que já pedia a cabeça de Moro. Os incomodados com o ministro e seu pacote anticrime no Congresso apenas observam.

Aqui, outro silêncio indica importante neutralidade que se traduz como apoio: o do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Moro só pôde contar com manifestações de militares com assento no governo, que sempre o apoiaram. Angariou apoio do vice Hamilton Mourão e de Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional). Fora disso, o que mais se ouviu foram susurros incomodados.

Não é nada desprezível o dado de que Bolsonaro queixou-se a pelo menos dois interlocutores sobre o que considerava apetite de Moro por sua cadeira em 2022.

A exposição pública que fez do acordo entre os dois, visando dar uma vaga no STF, pode ser vista como um tiro de advertência claro.

No campo da teoria conspiratória, fertilíssimo, sempre é lembrado que o ministro tem as chaves que regem o inquérito que apura se há envolvimento entre milícias e a família do presidente.

Fora do governo, Moro ainda nada bem na espuma da onda que levou o chefe ao Planalto. Ali, recebeu apoio dos filhos da primeira-família mais ativos virtualmente, Eduardo e Carlos. Não haveria de ser diferente: o espírito da Lava Jato estava no centro da insatisfação popular que ajudou a eleger Bolsonaro.

Mas mesmo o bolsonarista mais empedernido deve saber que a vida real não se resume a likes, e a revelação do teor das conversas até aqui atiçou adversários de Moro que nada têm a ver com a campanha Lula Livre.

Além da situação no Congresso, a disputa no Supremo entre os chamados legalistas e aqueles que aprovam a Lava Jato tende a pegar fogo.

É uma briga que remonta a debates sobre a Operação Satiagraha na década passada.

Ainda que as coisas se acomodem, as chances de o ministro ir para a corte parecem bastante reduzidas agora.

É importante ressaltar também o “agora”. A ameaça feita pelo The Intercept de revelar mais episódios comprometedores a conta-gotas deixa qualquer avaliação ao sabor do acontecimentos.

Criticado pelos apoiadores de Moro, o modus operandi é irrelevante dado que ninguém contestou o conteúdo do que foi exposto até aqui.

Nesse quesito, aliás, há alguma ironia histórica. Moro sempre gostou de ser associado à Lava Jato, mesmo como seu líder, o que não lhe garantiu muito prestígio na Polícia Federal, por exemplo.

Daí toda a revolta dos expostos contra o vazamento ser intrinsecamente risível: o argumento de criminalizar a revelação foi usado por todos os afetados pela operação desde seu começo em 2014, culpados ou não.

Se é fato que qualquer ascensorista de tribunal sabe que juizes trocam impressões com procuradores ao longo de processos, por errado que seja, ao fim a Lava Jato está provando de seu próprio veneno.

MÔNICA BERGAMO

LADO
OPOSTO

11 JUN 2019

PAINEL

O CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público), que fiscaliza a atividade de procuradores e promotores do país, rachou em relação a eventual investigação contra Deltan Dallagnol, da Operação Lava Jato.

DE ORELHA Depois da revelação, pelo site The Intercept Brasil, de conversas de Dallagnol com o ex-juiz Sergio Moro, conselheiros tiveram intensa discussão em grupos de WhatsApp.

PORESCRITO Dos 14 integrantes do órgão, 4 encaminharam pedido para que a corregedoria investigue o procurador. Dois deles foram indicados para o CNMP pelo Congresso e dois pela OAB.

ADEDO Para eles, Dallagnol armou uma estratégia para permanecer com o processo do tríplex, que envolve Lula. Ele teria ferido o princípio do promotor natural, que o proibiria de escolher os casos que quer investigar.

CALADO Já no grupo dos oito integrantes que representam Ministérios Públicos estaduais e da União, poucos se mostraram favoráveis a uma averiguação. A maioria preferiu ficar em silêncio.

DE LONGE Os dois conselheiros indicados respectivamente pelo STF (Supremo Tribunal Federal) e pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça) também preferiram se manter longe da discussão.

VETO A interlocução do ministro Moro, da Justiça, com o Congresso, que já era difícil, está inviabilizada depois do escândalo das mensagens, na opinião de algumas das principais lideranças da Câmara dos Deputados e do Senado.

NO VOTO O ministro Ricardo Lewandowski, do STF, deve liberar nesta terça (11) seu voto no habeas corpus coletivo que pode beneficiar todos os presos condenados em segunda instância pelo TRF-4 (Tribunal Federal da 4ª Região). Entre eles, Lula.

NO VOTO 2 O habeas corpus defende que a súmula do TRF-4 que autoriza a prisão depois de segunda instância de forma automática é inconstitucional. Cada detenção precisaria ser justificada individualmente.

PAINEL DO LEITOR

Moro e Dallagnol

A se confirmar o conteúdo das mensagens ("Site publica mensagens que mostram colaboração entre Moro e Dallagnol", Poder, 10/6), quatro consequências devem surgir: que se faça suspender imediatamente a eficácia dos atos processuais praticados em processos nos quais Sergio Moro atuou; que se faça instaurar processo por improbidade administrativa contra Moro e os integrantes do MPF; que se determine o afastamento do agora ministro da Justiça; e, por fim, que seja instaurado procedimento para apurar se a suposta colusão teve por objetivo manipular a lisura do pleito para a Presidência.

Valentino Aparecido de Andrade,
juiz de direito (São Paulo, SP)

TIRO DE CANHÃO Líderes petistas deram ordem para que nenhuma iniciativa isolada fosse tomada no Judiciário ou em órgãos como o CNJ e o CNMP. Pedido semelhante foi feito aos juristas que colaboram com a sigla. A ideia é promover ações incisivas, de impacto, e não pulverizar as investidas.

BASTA Membros do Supremo e do STJ passaram a noite deste domingo (9) e todo o dia desta segunda (10) discutindo as implicações do material do The Intercept. Na avaliação de ministros, para o universo jurídico, uma confirmação do que veio à tona seria "a pá de cal moral no veredito de Lula".

MAU CAMINHO Um integrante do STF diz que a lei é clara ao vedar orientação do magistrado às partes e que, pelas mensagens, Sergio Moro teria direcionado o trabalho dos procuradores em ao menos dois momentos — o mais explícito deles ao supostamente indicar uma fonte à acusação.

DUPLO GRAU Os ministros do Supremo também especularam sobre eventual consequência das revelações na condenação de Lula. Uma ala argumenta que uma mudança é pouco provável porque as penas impostas por Moro foram referendadas pelo TRF-4.

MAÇÃ PODRE Outro grupo, porém, avalia que, confirmado o teor das mensagens, será possível afirmar que Moro direcionou a ação da procuradoria desde a investigação, o que comprometeria o processo.

TUDO MUNDO EM PÂNICO Advogados que negociaram delações com as forças-tarefas de Curitiba e do Rio relataram temor de terem suas conversas divulgadas.

A ilegalidade não tolera o jornalismo

Militância bolsonarista dá mostras explícitas de autoritarismo e ataca repórter

Se Sergio Moro tivesse trocado mensagens e dado conselhos, não para o Ministério Público, mas para a defesa de Lula, a militância bolsonarista exigiria sua cabeça imediatamente. E com boa razão. Que o defendam agora e que busquem atacar o material revelado e o jornalista que o revelou é sinal do partidismo que tomou conta do debate público.

Há diversas defesas plausíveis da Lava Jato. A prisão de Lula assenta sobre bases sólidas, já ratificada já por três instâncias. Há também defesas possíveis do caráter e da imparcialidade de Sergio Moro ao julgar petistas: ele absolveu, por exemplo, Paulo Okamoto. Pode-se também tentar argumentar que, nas mensagens registradas entre Moro e Deltan Dallagnol — dando conselhos, indicando testemunhas — não há nada de irregular.

Infelizmente, não tem sido esse o caminho tomado pelos defensores de Moro e autodeclarados apoiadores da Operação Lava Jato. (Apoiador da Lava Jato eu também sou, mas não de ilegalidades cometidas na Lava Jato.)

Eles levantam, primeiro de tudo, a origem ilegal das informações: o hackeamento de celulares. Uma informação conseguida por um hackeamento ilegal traz consigo, inevitavelmente, dúvidas legítimas quanto à sua autenticidade. Contudo, Sergio Moro e Deltan Dallagnol, em suas notas de esclarecimento, não a contestaram. Moro, pelo contrário, disse que teriam sido tiradas de contexto. Ora, se esse é

o caso, então as mensagens são verdadeiras. Temos bons motivos para acreditar na autenticidade delas. E o fato de terem origem ilegal não invalida em nada o teor das informações reveladas.

Tampouco é motivo para que jornalistas não as publiquem, como, aliás, é prática corrente no jornalismo brasileiro. A mesma lógica que é contra publicar as conversas de Moro com Dallagnol, por sua origem ilegal, também deveria ser contra a publicação de delações vazadas ilegalmente à imprensa ao longo dos últimos anos, e mesmo contra a divulgação do áudio em que Dilma procurava salvar Lula da Justiça tornando-o ministro, tornado público pelo próprio Moro, então juiz, à revelia da legislação.

A última e mais baixa linha de defesa tem sido atacar o site The Intercept e o jornalista Glenn Greenwald. Os ataques homofóbicos dirigidos a ele (nisso, apenas imitam o presidente), por incrível que pareça, não são ponto mais baixo da infâmia. No que é (por enquanto) a mostra de autoritarismo mais explícita da militância bolsonarista, foi lançada nas redes sociais a campanha #DeportaGreenwald para que o jornalista seja expulso do Brasil. Maduro não faria diferente.

Podemos e devemos questionar o modo como informações são obtidas; se for ilegal, que seja punido nos rigores da lei. Mas, uma vez descoberta, não há como esquecer e nem por que abafar. O jornalismo tem tido papel central em nos informar aquilo que pessoas poderosas gostariam de esconder. Na Lava Jato,

no Wikileaks, na relação suspeita entre juiz e procurador. Conhecemos nosso mundo melhor graças ao trabalho corajoso de jornalistas. Muitas vezes, a fonte da informação (um policial que vazou conteúdo sigiloso de delação, um hacker que copiou mensagens de celulares) não tinha o direito de a transmitir. Uma vez transmitida, contudo, o público tem o direito de saber. Os jornalistas estão aí para cumprir esse direito. Que os defensores do atual governo os tenham como inimigos jurados é prova da falência ética e política que se apossou do país.

11 JUN 2019

BEMPARANÁ

MARCELO AITH

Lava Jato e seu processo inquisitorial

A divulgação da troca de mensagens privadas entre o ex-juiz Sergio Moro e o procurador Deltan Dallagnol coloca em risco a Operação Lava Jato. Gravações em áudio, textos fotos, vídeos e documentos judiciais foram compartilhados entre o atual ministro da Justiça e o procurador sobre várias questões que envolvem a mais famosa operação sobre o combate a corrupção no país. Inclusive pode resultar implicações indelévels.

Agora, quais serão as medidas a serem tomadas pelas nossas Cortes Superiores sobre os efeitos da Operação Lava-Jato. Vamos aguardar os próximos capítulos dessa nova polêmica em torno da força-tarefa, que está sendo acusada de prisões sem as provas necessárias. Desejo que tudo seja investigado e esclarecido pelo bem de nossa segurança jurídica, política e social. O combate a corrupção no Brasil não deve parar, mas deve ser realizado de forma clara e cristalina, sem viés.

Como bem observou o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio Mello a colaboração entre eles “coloca em dúvida a equidistância” entre os órgãos julgador e acusador. Isso porque é importante destacar que no processo penal brasileiro o acusador e o julgador são atores independentes e devem manter-se afastados. O comportamento de Moro e integrantes da força-tarefa quebrou não somente essa equidistância, mas também revelou uma visceral quebra de paridade armas, entre juiz, promotor e partes.

Essas questões devem ser analisadas de forma global, em especial em comarcas do interior do país onde o Ministério Público está sediado no mesmo prédio do Poder Judiciário e, assim, podendo, por vezes, contaminar a prestação jurisdicional de forma escurreita.

Importante citar também o artigo 254 do Código de Processo Penal que dispõe que o juiz torna-se suspeito em processos criminais, caso tiver aconselhado qualquer uma das partes. No caso, aproximação de Moro e dos procuradores tornam o atual ministro suspeito e também colocam em suspeitas as suas decisões.

Agora, quais serão as medidas a serem tomadas pelas nossas Cortes Superiores sobre os efeitos da Operação Lava-Jato. Vamos aguardar os próximos capítulos dessa nova polêmica em torno da força-tarefa, que está sendo acusada de prisões sem as provas necessárias. Desejo que tudo seja investigado e esclarecido pelo bem de nossa segurança jurídica, política e social. O combate a corrupção no Brasil não deve parar, mas deve ser realizado de forma clara e cristalina, sem viés.

Marcelo Aith é especialista em Direito Criminal e Direito Público

11 JUN 2019

BEMPARANÁ

OAB defende afastamento de Sergio Moro e Dallagnol

Conselho quer que ministro e procurador deixem cargos durante investigação

O Conselho Federal e o Colégio de Presidentes Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) aprovaram ontem, por unanimidade, a recomendação para o afastamento dos cargos públicos de todos os envolvidos no caso dos supostos diálogos entre integrantes da Lava Jato divulgados pelo site The Intercept. A nota pública aprovada não cita nominalmente o ministro da Justiça, Sergio Moro, nem o procurador da República Deltan Dallagnol, cujas conversas foram divulgadas.

Na nota, a OAB manifesta “preocupação” e “perplexidade” tanto com o conteúdo dos supostos diálogos quanto com a possibilidade de as autoridades terem sido “hackeadas”. Para a entidade, esses fatos trazem “grave risco à segurança institucional” e “ameaçam os alicerces do Estado Democrático de Direito”.

“Este quadro recomenda que os envolvidos peçam afastamento dos cargos públicos que ocupam,



Divulgação

OAB: recomendação aprovada por unanimidade

especialmente para que as investigações corram sem qualquer suspeita”, diz a nota.

Juízes - A Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) divulgou uma nota em que afirma que cobrará das autoridades competentes a “apuração rigorosa” das informações publicadas no site The Intercept Brasil. O esclarecimento do episódio também foi defendido em nota pela Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe).

Em nota, a ANPR reiterou a “confiança” no trabalho desenvolvido pelos integrantes do Ministério

Público Federal que atuam nos casos da Lava Jato. “Os dados utilizados pela reportagem, se confirmada a autenticidade, foram obtidos de forma criminosa, por meio da captação ilícita de conversas realizadas, violando os postulados do Estado Democrático de Direito”, informou a ANPR.

A Ajufe, por sua vez, disse que as informações divulgadas pelo site “precisam ser esclarecidas com maior profundidade, razão pela qual a Ajufe aguarda serenamente que o conteúdo do que foi noticiado e os vazamentos que lhe deram origem sejam devida e rigorosamente apurados”.

RÁPIDAS

Mello vê julgador sob suspeita

Para o ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal, a troca de colaborações entre o ex-juiz e ministro da Justiça, Sérgio Moro e o coordenador da força-tarefa da operação Lava Jato, procurador Deltan Dallagnol põe em xeque a equidistância da Justiça. “Apenas coloca em dúvida, principalmente ao olhar do leigo, a equidistância do órgão julgador, que tem ser absoluta. Agora, as consequências, eu não sei. Temos que aguardar”, afirmou o magistrado.

Governistas declaram apoio

O coordenador da Frente Parlamentar da Segurança Pública na Câmara, deputado Capitão Augusto (PL-SP), declarou o apoio ao ministro da Justiça, Sergio Moro, e aos procuradores da Lava Jato. O deputado afirmou que a divulgação das supostas conversas não podem ser usadas para enfraquecer ou desmoralizar “essa importantíssima operação”.

11 JUN 2019

BEMPARANÁ

Após vazamento, Congresso já fala em CPI da Lava Jato

Deputados devem convocar ministro, que vê “barulho”; Dallagnol nega “conluio”

Da Redação com agências

A repercussão da divulgação de conversas entre os ex-juiz e ministro da Justiça Sérgio Moro e a cúpula da força-tarefa da operação Lava Jato do Ministério Público Federal em Curitiba foi o assunto do dia nos meios políticos nacionais e paranaenses ontem. No Congresso, já se fala em criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a Lava Jato e a suposta interferência de Moro na operação no processo que resultou na condenação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O ministro – que deve ser convocado pelos parlamentares a explicar o teor das conversas como o coordenador da Lava Jato, procurador Deltan Dallagnol – tentou minimizar os efeitos do vazamento, negando ter intervido na investigação. Dallagnol divulgou vídeo afirmando ser “normal” procuradores conversarem com juizes. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) defendeu o afastamento temporário do ministro e do procurador até que os fatos sejam esclarecidos.

No domingo, o site The Intercept Brasil divulgou o conteúdo de mensagens



José Cruz/Agência Brasil

Moro: ministro deixou coletiva e negou “orientação”

trocadas pelo então juiz e integrantes do MPF, como Dallagnol. As conversas mostrariam que Moro teria orientado investigações da Lava Jato por meio de mensagens trocadas no aplicativo Telegram. De acordo com o site, há conversas escritas e gravadas nas quais Moro sugeriu mudança da ordem de fases da Lava Jato, além de dar conselhos, fornecer pistas e antecipar uma decisão a Dallagnol.

Abuso de autoridade - “Não tenho dúvida de que haverão muitos requerimentos de convocação do Sérgio Moro. E que o assunto vai ser o assunto do plenário”, confirmou ontem o deputado federal paranaense Ricardo Barros (PP). “Tem vários movimentos de vários parlamentares anunciando que querem fazer uma CPI da Lava Jato”, explicou.

Para Barros, o episódio

deve impulsionar a votação do projeto contra o abuso de autoridade de juizes e procuradores. “Eu há muito tempo tenho feito uma bandeira minha o enquadramento do Ministério Público e do Judiciário, que são poderes que vêm se colocando acima dos demais”, disse.

“O conteúdo divulgado pelo Intercept confirma que um limite perigoso foi ultrapassado. É mais combustível na crise política e institucional que o Brasil atravessa”, comentou o deputado federal Gustavo Fruet (PDT). Segundo ele, as revelações trazem à tona uma série de dúvidas. “Os processos que têm como base a força-tarefa da Lava Jato sofrerão impacto? Quais? A força-tarefa perde legitimidade? Os fins justificam os meios? Como fica o posicionamento do governo? Como se posicionará o

STF?”, questionou Fruet.

Contexto - O ministro da Justiça reagiu afirmando que estariam fazendo “muito barulho sobre supostas mensagens obtidas por meios criminosos de celulares de procuradores da Lava Jato”. Para ele, “não há orientação nenhuma” na troca de mensagens com Dallagnol. “Veja, os juizes conversam com procuradores, conversam com advogados, conversam com policiais. E isso é algo normal”, alegou Moro, que abandonou a entrevista coletiva em Manaus (AM) após perguntas sobre o assunto.

Natural - Dallagnol divulgou vídeo negando que tenha ouvido “conluio” entre integrantes da operação e Moro na condução do processo que resultou na condenação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “É muito natural, é normal que procuradores e advogados conversem com o juiz, mesmo sem a presença da outra parte. O que se deve verificar é se nessas conversas existiu conluio ou quebra da imparcialidade”, afirmou o procurador. “Centenas de pedidos feitos pelo Ministério Público foram negados pela Justiça”, garantiu.

Corregedor do MP abre processo

O corregedor nacional do Ministério Público, Orlando Rochadel, instaurou na tarde de ontem um processo administrativo disciplinar contra Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa da Lava Jato de Curitiba, e os demais procuradores da República citados na série de reportagens do T

Em sua decisão, Rochadel determina que Deltan e os colegas da Lava Jato prestem informações ao CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público) no prazo de dez dias.

“Sem adiantar qualquer juízo de mérito, observa-se que o contexto indicado assevera eventual desvio na conduta de Membros do Ministério Público Federal, o que, em tese, pode caracterizar falta funcional”, escreveu o corregedor.

Rochadel atendeu a um pedido dos conselheiros do CNMP Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho, Gustavo do Vale Rocha, Leonardo Accioly da Silva e Erick Venâncio Lima do Nascimento, que apresentaram representação.

BEMPARANÁ

Gilmar reabre julgamento para soltar Lula

O ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal), decidiu ontem liberar para julgamento um pedido de soltura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O pedido pode ser analisado hoje pela Segunda Turma do STF, da qual o ministro faz parte. Se não, seria apenas no dia 25 deste mês.

Esse pedido de liberdade havia sido apresentado pela defesa de Lula no ano passado, quando Moro aceitou o convite para ser ministro da Justiça do governo de Jair Bolsonaro, então recém eleito presidente. O juiz Moro e atuava na 13ª Vara Federal de Curitiba e havia sido o responsável pela condenação de Lula em 2017 no caso do triplex em Guarujá (SP). Lula está preso em Curitiba desde abril.

11 JUN 2019

Segundo fontes ligadas ao STF, teria pesado na decisão de Gilmar Mendes de liberar o caso para julgamento o fato de o site The Intercept ter divulgado, neste fim de semana, mensagens segundo as quais Moro, ainda como juiz da Lava Jato, orientou a atuação de procuradores.

Denúncia

O Ministério Público Estadual denunciou na Justiça a ex-prefeita de Capanema (Sudoeste), acusada por dispensa indevida de licitação e desvio de recursos públicos. Também são alvos da denúncia o comandante local da Polícia Militar e uma ex-secretária municipal de Administração, igualmente suspeitos de participação nos fatos, segundo o MP.

Aluguel

Segundo a investigação, a ex-prefeita e então secretária de Administração firmaram contrato de aluguel de imóvel com particular – também denunciado –, sem licitação, sob a justificativa de utilização do local para a instalação de uma unidade administrativa da Prefeitura. O imóvel foi utilizado para moradia do comandante da PM e sua família, alega a promotoria.

11 JUN 2019

BEM PARANÁ

STELLA WINNIKES



TRE-PR concede Comenda das Araucárias

Na quinta-feira (06), o presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), desembargador Gilberto Ferreira, concedeu, em sessão solene a mais alta honraria da Justiça Eleitoral, a Comenda do Mérito Eleitoral das Araucárias, ao presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira, que na foto aparece ao lado da sua esposa Rosane de Fátima Pires Pereira.

11 JUN 2019

FOLHA DE LONDRINA

Takahashi deve retornar à Câmara nesta semana após decisão do TJ

Rafael Machado

Reportagem Local

A Câmara Municipal deve ser oficiada no começo desta semana pelo juiz da 2ª Vara Criminal, Delcio Miranda da Rocha, sobre a decisão do Tribunal de Justiça que determinou a recondução do vereador Mario Takahashi (PV) ao Legislativo londrinense. Procurada pela **FOLHA**, a assessoria de imprensa da Casa disse apenas que ainda não foi intimada do despacho, mas que irá cumpri-lo. O parlamentar é réu com outras 12 pessoas na Operação ZR3, deflagrada em janeiro de 2018 pelo Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado) para desbaratar um suposto grupo que modificava pontualmente o zoneamento em algumas áreas da cidade.

Segundo o advogado de defesa, Michel Neme, o resultado do recurso do julgamento no TJ "mostrou uma fundamentação precisa. Eles (desembargadores) acataram exatamente as teses que apresentamos, como a absolvição do Mário na Câmara, pelo fato dele ser primário e não responder a nenhuma outra denúncia. Os magistrados entenderam que esses e outros motivos ensejaram uma cassação indireta do vereador, culminando em um excesso de prazo desse afastamento", disse.

Takahashi é aguardado para ser interrogado na ação criminal da ZR3 no dia 21 de agosto, oitiva que, para a defesa, é vista como a mais importante do processo. "Será a primeira oportunidade que ele pessoalmente poderá demonstrar as inconsistências das falas das outras testemunhas e da acusação do Ministério Público. Ele poderá explicar que todos os atos praticados enquanto vereador foram inerentes ao cargo", explicou Neme. O político entrará no lugar de Valdir dos Metalúrgicos (SD).

11 JUN 2019

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Orlando Bonilha em semiaberto

Ainda depende da análise do Gaeco (Grupo de Atuação especial de Combate ao Crime Organizado) o pedido feito pela defesa do ex-vereador Orlando Bonilha de cumprir a pena em regime em semiaberto. A ideia é tentar benefícios de um acordo de delação premiada, mesmo sem entregar novos fatos. Isso porque a defesa sustenta que ele colaborou com a investigação denunciando esquema de propina na Câmara Municipal de Londrina à época, antes de ser cassado pelos pares. Bonilha cumpre pena na PEL (Penitenciária Estadual de Londrina) de 20 anos de reclusão desde o dia 9 de maio por decisão do juiz da VEP (Vara de Execuções Penais), Katsujo Nakadomari. O magistrado despachou documento no último dia 5 de junho admitindo que aguarda análise dos promotores do Gaeco sobre o pedido.

FOLHA DE LONDRINA Moro, Dallagnol

e o destino da Lava Jato

11 JUN 2019

A divulgação de diálogos atribuídos ao ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, e ao procurador do Ministério Público Federal Deltan Dallagnol, por meio do site The Intercept Brasil, caiu como uma bomba no noticiário político brasileiro desde a noite do último domingo (9). Se repercutiu fortemente na imprensa nacional, não passou despercebido por veículos internacionais, figurando, entre outros, no El País (Espanha), Le Monde (França), Le Temps (Suíça), Clarín (Argentina), Al Jazeera (Catar) e no site especializado em mercado financeiro Bloomberg (Estados Unidos).

As conversas, vazadas para o Intercept por uma fonte sigilosa, mostrariam que Sergio Moro, então juiz de primeiro grau da Lava Jato em Curitiba, teria orientado investigações à força-tarefa por meio de mensagens trocadas em um aplicativo. As mensagens trazem trechos de conversas escritas e gravadas com Moro, segundo o Intercept, sugerindo mudança da ordem de fases da maior investigação de corrupção do País, dando conselhos e pistas. A reportagem também trouxe mensagens que teriam sido trocadas por procuradores do MPF que fazem parte da Lava Jato.

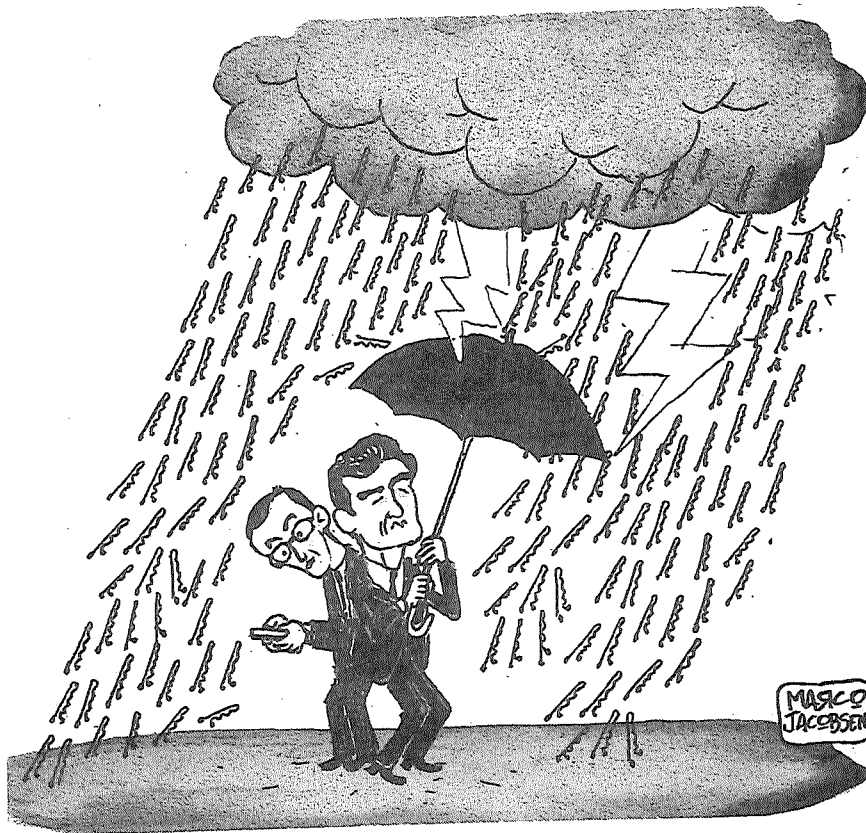
A análise do material exposto pelo site é bastante complexa. A troca de informações entre integrantes da Lava Jato não é crime. O problema é quando o juiz, segundo o Intercept, orienta partes envolvidas nos processos pelos quais ele é responsável. Assim como quando os procuradores tentam contornar uma decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) que permitia uma entrevista jornalística com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, preso em Curitiba.

Os críticos da Lava Jato dizem que o ex-juiz descumpriu o princípio da imparcialidade. Os defensores de Moro argumentam que o conteúdo das mensagens foi conseguido de forma ilegal e que o objetivo maior da Lava Jato foi conseguido: acabar com o maior esquema de corrupção já conhecido no Brasil.

O Conselho Nacional do Ministério Público anunciou que vai investigar as conversas entre Dallagnol e Moro e a Câmara cogita abrir uma CPI para apurar o caso. Uma resposta realmente precisa ser dada. Mas o caso não pode impactar negativamente no andamento das reformas estruturais que tramitam no Congresso. Além disso, não se pode desconsiderar a importância de todo o trabalho que a Lava Jato realizou no combate à corrupção. É uma operação investigativa e judicial ampla que conseguiu seus melhores resultados colocando criminosos do colarinho branco atrás das grades, recuperando parte do dinheiro desviado dos cofres públicos e baixando significativamente a tolerância do brasileiro para atos de corrupção.

11 JUN 2019

FOLHA DE LONDRINA



11 JUN 2019

FOLHA DE LONDRINA

Conversas entre procuradores e Moro impactam cenário político nacional

Material divulgado pelo site The Intercept joga questionamento sobre atuação da Lava Jato; jurista defende investigação isenta

Pedro Moraes

Reportagem Local

O rastilho de pólvora aceso com o vazamento das supostas mensagens entre os procuradores do MPF (Ministério Público Federal) e o então juiz federal e atual ministro da Justiça, Sergio Moro, pelo site The Intercept, já provocou uma enorme onda de reações e incertezas no cenário político brasileiro.

As conversas divulgadas na noite de domingo (9) - retiradas por hackers de aplicativos de conversa - têm como tema a operação Lava Jato, e o texto assinado por Rafael Moro Martins, Alexandre de Santi e Glenn Greenwald afirma que Moro cobrou agilidade, deu bronca, criticou e sugeriu ações para o Ministério Público.

Os fatos lançam uma série de questionamentos sobre a imparcialidade das atividades de investigação e as sentenças resultantes da operação Lava Jato. "A principal questão refere-se à dúvida se teria sido violada a imparcialidade do julgador, que deveria, por lei, se manter distante das partes do processo. Caso esta tese seja comprovada, poderia se levar à nulidade dos proces-

sos citados nas mensagens", avaliou o professor de Direito Constitucional da Universidade Presbiteriana Mackenzie Flávio de Leão Bastos Pereira. "O correto é que neste momento fosse instaurada uma investigação isenta sobre os fatos", defendeu.

QUESTIONAMENTOS

As reações já se iniciaram por todo o País. O condenado mais proeminente já investigado pela operação, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), é o alvo principal dos que atacam a atuação do MPF e da Justiça Federal no Paraná. No entanto, todos os atores envolvidos nas fases da Lava Jato citados nos diálogos deflagrados na matéria do The Intercept devem questionar os resultados da maior operação anticorrupção brasileira.

A defesa do ex-governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), investigado e réu na Lava Jato, por exemplo, já aguarda as provas de como transcorreram os diálogos e qual a extensão alcançada para estudar possíveis ações que poderão ser impetradas. "Pode ser contestado sim.

O ponto é que o artigo 254, IV do Código de Processo Penal, impõe ao juiz dar-se por suspeito, dentre outras quando 'IV: se tiver aconselhado qualquer das partes'. Moro aconselhou a acusação que é parte do processo. Logo, todos os atos, a partir da prova do conselho, são suspeitos e podem ser anulados. Esta atitude, evidentemente, comprometeu a imparcialidade do julgador. Sendo assim, nos casos em que atuo, arguirei a nulidade dos atos praticados", afirmou o advogado Walter Bittar.

Os envolvidos com o vazamento dos diálogos acusaram diretamente a gravidade da invasão criminosa dos celulares e trataram com naturalidade os temas das conversas. O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, afirmou que não deu nenhuma orientação aos integrantes da Lava Jato enquanto era juiz da 13ª Vara da Justiça Federal, em Curitiba. "Não vi nada de mais ali nas mensagens. O que há ali é uma invasão criminosa de celulares de procuradores, não é? Pra mim, isso é um fato bastante grave - ter havido essa invasão e divulgação.

CONTINUA

11 JUN 2019

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

E, quanto ao conteúdo, no que diz respeito à minha pessoa, não vi nada de mais”, afirmou Moro, em evento de secretários de Segurança Pública, em Manaus. Já o procurador federal Deltan Dallagnol defendeu a imparcialidade da Lava Jato e lembrou que a operação acusou políticos de diversos partidos. “Cinquenta e quatro pessoas acusadas pelo Ministério Público foram absolvidas pelo juiz federal Sérgio Moro. Nós recorremos centenas de vezes contra decisões, o que mostra não só que o juiz não acolheu o que o Ministério Público queria, mas mostra que o Ministério Público não se submeteu ao entendimento da Justiça”, disse.

A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) divulgou nota de seu conselho federal em que manifesta preocupação e perplexidade sobre os fatos, no entanto é cautelosa em seu tom. “É preciso, antes de tudo, prudência. A íntegra dos documentos deve ser analisada para que, somente após o devido processo legal – com todo o plexo de direitos fundamentais que lhe é inerente –, seja formado juízo definitivo de valor”, aponta o texto.

ESPIONAGEM

A publicação responsável pela divulgação das conversas, o The Intercept, é um jornal online lançado em 2014 financiado pelo empresário e programador de computador francês Pierre Omidyar, criador do Ebay. A versão brasileira foi lançada dois anos depois e tem como principal nome de sua redação o jornalista e advogado americano Glenn Greenwald – foi ele que em parceria com o ex-integrante da CIA, Edward Snowden – revelou a existência dos programas secretos de vigilância global dos Estados Unidos. Ele é casado com o deputado federal fluminense David Miranda (PSOL), que assumiu seu primeiro mandato na câmara a partir da desistência do ex-deputado Jean Wyllys (PSOL).

11 JUN 2019

FOLHA DE LONDRINA

Corregedor abre apuração sobre conduta do MPF

Brasília - Em um novo despacho, o corregedor-nacional do Ministério Público, Orlando Rochadel Moreira, decidiu nessa segunda-feira (10) abrir uma apuração preliminar para averiguar a conduta de membros do Ministério Público Federal, entre eles o coordenador da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba, Deltan Dallagnol.

O caso diz respeito às informações do site The Intercept Brasil envolvendo suposto conteúdo de mensagens trocadas pelo ex-juiz federal Sergio Moro e procuradores. Para o corregedor, o episódio indica "eventual desvio na conduta" de membros do MPF.

Foi a segunda medida tomada pelo corregedor nessa segunda-feira envolvendo a força-tarefa da Lava Jato em Curitiba. Mais cedo, Rochadel Moreira havia aberto um procedimento disciplinar, desta vez pelo fato de Deltan ter feito, no início des-

te ano, "campanha política" pelo voto aberto na disputa pela Presidência do Senado.

De acordo com o corregedor, é necessária "análise preliminar" do conteúdo veiculado pela imprensa. "A ampla repercussão nacional demanda atuação da Corregedoria Nacional. A imagem social do Ministério Público deve ser resguardada e a sociedade deve ter a plena convicção de que os Membros do Ministério Público se pautam pela plena legalidade, mantendo a imparcialidade e relações impessoais com os demais Poderes constituídos", escreveu o corregedor.

O corregedor deu um prazo de 10 dias para os membros do MPF que Dallagnol se manifeste sobre o caso. Procurada, a assessoria de Deltan não se manifestou.

OAB

O Conselho Federal e o Colégio de Presidentes Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) aprovaram nessa segun-

da-feira (10), por unanimidade, a recomendação para o afastamento dos cargos públicos de todos os envolvidos no caso dos supostos diálogos entre integrantes da Lava Jato divulgados pelo site The Intercept.

A nota pública aprovada não cita nominalmente o ministro da Justiça, Sergio Moro, nem o procurador da República Deltan Dallagnol, cujas conversas foram divulgadas. Na nota, a OAB manifesta "preocupação" e "perplexidade" tanto com o conteúdo dos supostos diálogos quanto com a possibilidade de as autoridades terem sido "hackeadas". Para a entidade, esses fatos trazem "grave risco à segurança institucional" e "ameaçam os alicerces do Estado Democrático de Direito".

A OAB decidiu ainda que "não se furtará em tomar todas as medidas cabíveis para o regular esclarecimento dos fatos, especialmente junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), Procuradoria-Geral da República (PGR), Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e Conselho Nacional de Justiça (CNJ)" para garantir que os fatos sejam esclarecidos.

OAB aprova recomendação para o afastamento dos cargos públicos dos envolvidos no caso

11 JUN 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Muito a esclarecer



Causou compreensível estupefação o conteúdo de conversas atribuídas a integrantes da força-tarefa da Lava Jato e a Sergio Moro, então juiz responsável pelos processos relativos à operação e hoje ministro da Justiça. Se as mensagens forem verdadeiras, indicam uma relação totalmente inadequada – e talvez ilegal – entre o magistrado e os procuradores da República, com implicações políticas e jurídicas ainda difíceis de mensurar. Por muito menos, outros ministros já foram demitidos.

As conversas, divulgadas pelo site *The Intercept Brasil*, que diz tê-las recebido de fonte anônima, se deram por meio do aplicativo de celular Telegram, entre 2015 e 2018. São, portanto, mensagens de caráter privado, e sua interceptação, sem mandado judicial, é criminosa, razão pela qual são inválidas como prova num eventual júízo e, em princípio, não podem ser aceitas como evidência de vício em decisões judiciais tomadas no âmbito da Lava Jato.

No entanto, presume-se que os efeitos políticos da divulgação dessas conversas serão graves. Não é possível ficar indiferente à suspeita, levantada pelas mensagens, de que o então juiz Sergio Moro pode ter dado orientações ao procurador Deltan Dallagnol, responsável pela Lava Jato, em casos relativos à operação. Como explicou o ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio Mello, “a troca de mensagens entre juiz e Estado acusador tem de ser no processo, com absoluta publicidade”, e não por meios privados, sugerindo a intenção de trabalhar em parceria – o que cria gritante desvantagem para a parte acusada.

Nem o ministro Sergio Moro nem os procuradores citados desmentiram o teor das conversas divulgadas. Em nota, Moro limitou-se a criticar “a falta de indicação da fonte” – que nenhum jornalista é obrigado a revelar – e a “postura do site, que não entrou em contato antes da publicação, contrariando regra básica do jornalis-

mo” – embora não haja nenhuma regra que obrigue o repórter a ouvir quem quer que seja antes de publicar uma reportagem. Sobre as mensagens em si, o ministro Moro disse que, em sua opinião, “não se vislumbra qualquer anormalidade”.

Reação semelhante teve a força-tarefa da Lava Jato, que, em nota, informou que “os dados eventualmente obtidos refletem uma atividade desenvolvida com pleno respeito à legalidade, de forma técnica e imparcial, em mais de cinco anos de operação”.

Ou seja, tanto o ministro Moro como os procuradores da Lava Jato não enxergam em sua relação bastante amistosa e às vezes colaborativa algo que fere um dos princípios mais mezinheiros do Estado de Direito, aquele que presume simetria entre acusação e defesa no tribunal.

A reação do ministro Moro e dos procuradores, ademais, seguiu o padrão verificado em todos esses anos de Lava Jato: sempre que foram apontados excessos cometidos pela operação, seus líderes atribuíam essas críticas a alguma iniciativa mal-intencionada para minar a luta contra a corrupção. Agora não foi diferente. Para a Lava Jato, a divulgação das conversas “se coaduna com o objetivo de obstar a continuidade da operação”. Já o ministro Moro se queixou de que a reportagem com as conversas “ignora o gigantesco esquema de corrupção revelado pela Operação Lava Jato” – como se, ante os inegáveis méritos da operação, a imprensa tivesse de pensar duas vezes antes de apontar seus abusos.

O ex-juiz Sergio Moro e os procuradores têm todo o direito de reclamar do que parece ser uma ação criminosa para tornar públicas conversas privadas, com potencial para ferir a reputação dos envolvidos, do mesmo modo como muitos políticos têm todo o direito de se queixar de que sua reputação foi arrasada depois que seus nomes apareceram em vazamentos de delações premiadas feitas à força-tarefa da Lava Jato – vazamentos, estes

que, recorde-se, jamais tiveram suas autorias elucidadas e, portanto, jamais foram punidos.

Não foram poucas as vezes em que as suspeitas levantadas pela Lava Jato custaram o cargo a ministros de Estado, incapazes de se explicar. Se Sergio Moro continuar a dizer que é normal o que evidentemente não é, sua permanência no governo vai se tornar insustentável. Fariam bem o ministro e os procuradores envolvidos nesse escândalo, o primeiro, se renunciasse e, os outros, se se afastassem da força-tarefa, até que tudo se elucidasse.

11 JUN 2019

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RAGY

Moro na mira

O jurista Miguel Reale Jr. achá “difícil prever” no que dará a denúncia sobre as conversas entre Moro e Dallagnol, “visto que não se tem ainda todas as gravações”. Mas pondera: “O que é certo é que a aura de mito do ministro se desfez”.

O ex-ministro da Justiça resalta: “Imagine se o MP descobre mensagens desse tipo entre um juiz... e um advogado de defesa. Seria muito grave”. A lei, adverte, “é igual para os dois lados. Considera suspeito juiz que aconselha a parte”.

Moro na mira 2

O jurista acrescenta: as provas foram obtidas de maneira ilícita. “Assim, se imprestáveis para anular um processo, não o são para cobrir de desconfiança o trabalho do juiz conselheiro do MP”.

Moro na mira 3

Roberto Livianu, do Instituto Não Aceito Corrupção, entende que “o trabalho da Lava Jato nos últimos cinco anos tem de ser louvado” e diz que não vê “esse conluio devastador que está se querendo criar, pois não temos segurança da inteireza dos diálogos”.

Sua expectativa? “Que o CNJ e o CNMP cumpram seus deveres, investiguem e avaliem corretamente tudo.”

Estratégia

A revelação das mensagens entre Sergio Moro e Deltan Dallagnol está dividindo os advogados da Lava Jato. Alguns apostam na suspeição geral do ex-juiz e outros acham melhor estratégia buscar nulidades pontuais das transcrições publicadas.

Consultados pela coluna, alguns já adiantam que as mensagens vão ser usadas na defesa de clientes. Mas antes é preciso fazer uma ata notarial da prova – com as matérias publicadas na imprensa – e ver se o juiz a aceita.

Vulnerável

Especialistas em segurança digital criticam a segurança do Telegram – app no qual Moro e Dallagnol trocavam mensagens. Lembram que o sistema tem pelo menos um caso de vulnerabilidade num ataque em 2016, na Rússia.

Muda, não muda

O Conselho Nacional do Ministério Público tem reunião marcada para hoje cedo e, até ontem à tarde, sua pauta não tinha sido mudada. Mas o corregedor Orlando Rochadel já havia recebido pedido de investigação de conduta de Dallagnol, assinada por Luiz Fernando Bandeira de Mello.

11 JUN 2019

O ESTADO DE S. PAULO

COLUNA DO ESTADÃO

Líderes projetam Moro refém do presidente

Líderes importantes do Congresso avaliam que a divulgação de mensagens envolvendo Sérgio Moro pode abalar um dos principais pilares de sustentação popular do governo Jair Bolsonaro (as manifestações de maio passado ovacionaram Moro). Esse apelo público dificulta uma eventual substituição do ministro da Justiça pelo Planalto. Ele deverá permanecer na Justiça, apostam. Porém, nessa leitura dos parlamentares, o Moro que chegou a Brasília emprestando prestígio a Bolsonaro deixará de existir. O ex-juiz da Lava Jato deverá ser refém do presidente.

● **Arito.** Na magistratura e no Ministério Público, reações divergentes e um consenso: o desgaste é certo. Há tensão com a classe política desde o início da Lava Jato. Além disso, o projeto de abuso de autoridade ganhou força no Congresso.

● **Normal.** Magistrados ouvidos pela *Coluna* se dividiram entre temor com acusações de imparcialidade e defesa de Sérgio Moro. Segundo um desembargador, quando existe afinidade de princípios entre o juiz e o representante do Ministério Público, é natural a troca de informações.

● **Complicado.** Mas um juiz federal provocou: “Imagina se fosse o contrário: juiz conversando com defesa?”

O ESTADO DE S. PAULO

ELIANE CANTANHÊDE Tempestade

11 JUN 2019

Moro e Guedes: dois
superministros, dois alvos
de dúvidas e interrogações

O efeito da divulgação da troca de mensagens do então juiz Sérgio Moro com procuradores é menos jurídico e mais político. É improvável que isso mude alguma coisa, por exemplo, nas condenações do ex-presidente Lula. Mas é provável que deixem Moro debaixo de chuvas e trovoadas, principalmente se os hackers tiverem bem mais do que já foi publicado.

Moro entra na mira justamente quando o outro superministro, Paulo Guedes, da Economia, começa a fraquejar. A reforma da Previdência virou um samba de uma nota só, enquanto a economia patina e o desemprego não dá refresco. Dois superministros, dois alvos de interrogações.

Bom para Moro isso tudo não é. As mensagens confirmam sua forte ligação com procuradores, principalmente com Deltan Dallagnol, coordenador da Lava Jato. E a independência da Justiça? Juízes não devem e não podem manter relações promíscuas nem com a defesa nem com a acusação.

Isso, porém, é uma questão formal. Na prática, no dia a dia, que juiz não troca informações, mensagens e dúvidas com um lado, o outro ou ambos? E, cá para nós, nem chega a ser surpresa o trabalho e o esforço conjunto de Moro, procuradores, delegados e agentes da Receita Federal para chegar a um resultado espetacular: a maior e mais bem-sucedida operação de combate à corrupção de que se tem notícia.

No próprio documentário *O mecanismo*, dirigido por José Padilha e baseado no livro *Lava Jato*, do jornalista Vladimir Neto, essa relação já é retratada. Todo mundo sabia. Agora todo mundo finge que não e está chocado? E as idas de ministros do Supremo a palácios presidenciais, cervejadas de advogados com procurador-geral da República, visitas “de improviso” de advogados de Lula ao ministro da Justiça? Sem falar na intensa troca de mensagens de todos com todos.

Para conferir ainda mais complexidade à história, há o ataque de hackers. É óbvio que a ação não foi isolada e

aleatória. Foi, sim, uma ação orquestrada, concentrada nos principais atores da Lava Jato. Além de Moro, os procuradores de Curitiba, o desembargador Abel Gomes, do Rio, e outros personagens-chave em Brasília. Os celulares invadidos não eram de quaisquer procuradores e juízes, mas de procuradores e juízes da Lava Jato.

Impossível a Polícia Federal chegar aos autores? Impossível não é, até pela máxima de que “não há crime perfeito”. Basta um vacilo, um descuido, um rastro e a investigação pode evoluir como um rastilho de pólvora. E Moro não é só o chefe da PF, mas é um sólido aliado da instituição na Lava Jato, tanto quanto dos procuradores.

Agora, há duas questões pairando no ar e impedindo qualquer conclusão precipitada: se há outros trechos e se essas novas revelações podem ser mais diretas e mais devastadoras do que as que já vazaram até aqui pelo site

The Intercept Brasil.

Até lá, lembre-se que Sérgio Moro tem o lombo curtido e está bastante acostumado a “apanhar” desde os cinco anos de Lava Jato, testando forças com poderosos do Executivo, do Legislativo, do Judiciário e com as maiores fortunas do País.

Uma coisa é certa: a ida de Moro para a Justiça foi muito melhor para Bolsonaro do que para o próprio Moro e pode até ser que ele vá dormir toda noite pensando se fez bem ou não, à sua biografia, à sua vida privada e até à Lava Jato, ao virar ministro de um governo tão estranho, adepto de armas, empenhado em beneficiar maus motoristas etc. Mas não são esses hackers e as mensagens que saíram até agora que irão derrubá-lo. Muito menos do pedestal na opinião pública.

Como bem disse Fernando Henrique Cardoso ontem, houve “comentários impróprios”, mas o resto é “tempestade em copo d’água”.

11 JUN 2019

O ESTADO DE S. PAULO

Gilmar envia caso de Aécio à Justiça Eleitoral

Para ministro, investigação, que apura repasses da Odebrecht à campanha do tucano ao Palácio do Planalto em 2014, não é competência do Supremo

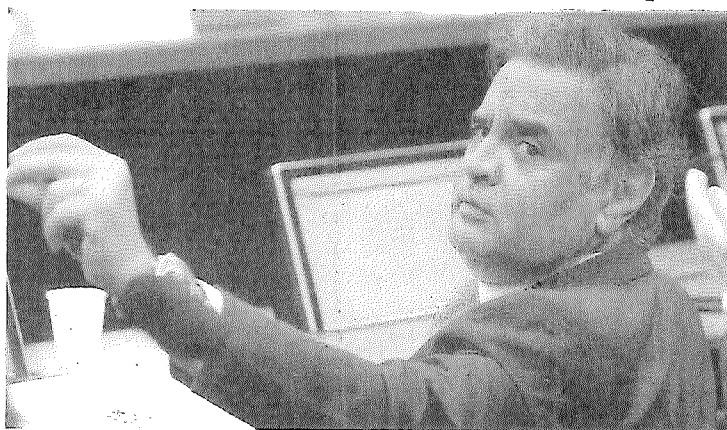
Rafael Moraes Moura
BRASÍLIA

O ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes encaminhou para a Justiça Eleitoral de Belo Horizonte um inquérito instaurado com base na delação premiada da Odebrecht e que tem como alvo o deputado Aécio Neves (PSDB-MG). A investigação apura suspeitas de pagamentos dissimulados por meio de contratos fictícios que teriam beneficiado a campanha de Aécio à Presidência em 2014. Segundo delatores da Odebrecht, o valor solicitado pelo tucano foi dividido em dois contratos de R\$ 3 milhões cada – um deles teve o valor pago; o outro, não, conforme os colaboradores da empresa.

Gilmar negou um pedido da defesa do deputado de arquivamento do inquérito. Para o ministro do STF, “existem indícios que devem ser aprofundados a partir das linhas investigativas estabelecidas pela Polícia Federal e Ministério Público”.

O ministro decidiu “declinar competência” e encaminhar o caso para a Justiça Eleitoral mineira com base no novo entendimento do Supremo, que se aplica a crimes cometidos no exercício do mandato e em função do cargo. Aécio deixou o Senado e foi eleito no ano passado para um mandato de deputado federal.

Caixa 2. Além disso, Gilmar afirmou que os fatos investigados dizem respeito, em tese, ao crime de falsidade ideológica eleitoral (caixa 2). “A supervisão das investigações e o julga-



Deputado. Defesa de Aécio definiu como ‘correta’ a decisão

mento desses delitos compete à Justiça Eleitoral”, escreveu o ministro na decisão.

De acordo com Gilmar, mesmo que o aprofundamento das apurações demonstrasse a existência de crimes conexos de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, conforme alega a Procuradoria-Geral da República, ainda assim restaria mantida a competência da Justiça Eleitoral para analisar o caso.

“Isso ocorre por duas razões. Em primeiro lugar, porque os alegados crimes teriam sido cometidos em mandato distinto e anterior ao atualmente ocupado, conforme já exposto, o que

afasta, em definitivo, a competência do Supremo Tribunal Federal”, declarou o ministro.

“Em segundo lugar, em virtude da consolidada jurisprudência desta Corte, que entende pela competência da Justiça Eleitoral para o julgamento de crimes comuns conexos a eleitorais. Desta forma, não há dúvidas quanto à competência da Justiça Eleitoral para a apuração dos fatos em questão”, disse Gilmar.

J&F. Em fevereiro, o ministro do Supremo Marco Aurélio Mello enviou para a primeira instância da Justiça um outro inquérito que investiga o parlamentar tucano – a apuração é baseada no acordo de delação premiada de executivos do grupo J&F. O caso tramitava no STF porque apura fatos relacionados ao período em que o tucano, hoje deputado, exercia mandato de senador (2011 a 2018).

Procurado, o advogado Alberto Zacharias Toron, defensor de Aécio, afirmou que a decisão de Gilmar de enviar o caso para a Justiça Eleitoral é “correta”.

● Jurisprudência

“Consolidada jurisprudência desta Corte entende pela competência da Justiça Eleitoral para o julgamento de crimes comuns conexos a eleitorais.”

Gilmar Mendes

MINISTRO DO SUPREMO

11 JUN 2019

TRIBUNA DO PARANÁ

SEM PENDER

Balança da Justiça deve sempre estar no equilíbrio,
nunca deve favorecer um ou outro

Redação
jornalismo@tribunadoparana.com.br

Se você não estava fora do planeta Terra e acompanhou qualquer noticiário de domingo pra cá, certamente sabe que o país está fervendo. Série de reportagens do site de notícias The Intercept Brasil, produzidas a partir do vazamento ilegal de mensagens trocadas entre membros do Ministério Público Federal (MPF) e o ex-juiz Sérgio Moro, provocou intensas discussões sobre poderes, isonomia e influências políticas dentro do judiciário brasileiro.

Agora que você já está sabendo do assunto, entender são outros 500. A Tribuna vai tentar te ajudar a ficar por dentro de toda essa polêmica.

O que?

As reportagens do The Intercept tornaram públicas uma série de conversas particulares, obtidas sem o consentimento da Justiça, entre Moro, o procurador Deltan Dallagnol e vários promotores envolvidos na Força-Tarefa da Lava Jato de Curitiba.

Como e de onde vieram as mensagens que foram divulgadas?

Segundo os editores do site, as mensagens foram repassadas à reportagem por uma fonte anônima que os contatou há algumas semanas. O conteúdo

foi obtido por um hacker (criminoso virtual) que capturou as mensagens do aplicativo para troca de mensagens instantâneas Telegram, rival do WhatsApp.

Por que as mensagens foram divulgadas?

O objetivo da divulgação foi mostrar que os procuradores da Lava Jato falavam abertamente sobre o andamento do processo diretamente com o juiz do caso, o que representaria influência no andamento da investigação que levou o ex-presidente Lula para a prisão e culminou com a prisão de dezenas de pessoas acusadas de corrupção.

O que dizem as mensagens?

Em resumo, elas mostram conversas entre promotores e um juiz sobre um processo em andamento. Neste caso, Moro opinou sobre a qualidade de denúncias, sugeriu a alteração na ordem de fases da Operação Lava Jato e caminhos a seguir nas investigações. Elas mostram também Dallagnol preocupado com o peso das denúncias do caso envolvendo o Tríplice do Guarujá, que levou Lula à prisão, além de uma série de conversas entre os procuradores envolvidos na Operação Lava Jato.

Por que o teor das conversas representa um problema?

O caso expõe um comportamento de Moro que seria incompatível com as funções de um juiz, embora ele negue que os conteúdos representem algum tipo de transgressão.

Mas legalmente, qual é o problema?

Segundo o Código de Ética da Magistratura (CEM), Moro não respeitou o artigo 8º do Capítulo III que fala sobre Imparcialidade: "O magistrado imparcial é aquele que busca nas provas a verdade dos fatos, com objetividade e fundamento, mantendo ao longo de todo o processo uma distância equivalente das partes, e evita todo o tipo de comportamento que possa refletir favoritismo, predisposição ou preconceito".

De acordo com especialistas, o juiz estaria infringindo o item 4 do Artigo 254 do Código do Processo Penal, que diz: "O juiz dar-se-á por suspeito, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes: IV - se tiver aconselhado qualquer das partes".

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

O que pode acontecer?

Os conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público, Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho, Gustavo do Vale Rocha, Leonardo Accioly da Silva e Erick Venâncio Lima do Nascimento apresentaram uma representação ao corregedor do colegiado pedindo a apuração das condutas dos procuradores da República citados na reportagem.

As irregularidades fizeram com que a defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciasse que vai pedir a anulação dos processos movidos contra o ex-presidente Lula. "Devemos usar o material para pedir a anulação dos processos do ex-presidente Lula. Mas, da Operação Lava Jato como um todo, não, até porque não temos legitimidade para isso", disse o advogado José Roberto Batochio ao jornal O Globo.

A cúpula do Congresso Nacional já fala na criação de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) sobre o caso. O presidente Jair Bolsonaro (PSL) ainda não se pronunciou sobre a polêmica.

A Ordem dos Advogados do Brasil recomenda o afastamento temporário de Moro, que atualmente é ministro da Justiça, de Dallagnol e dos demais procuradores citados na reportagem até o encerramento das investigações. Em nota a entidade defende 'investigação plena, imparcial e isenta', diante da 'gravidade dos fatos'

Quem é o The Intercept Brasil?

O site é uma iniciativa de jornalistas independentes, criado a partir do chamado "Wikileaks". Na ocasião, um dos autores da reportagem foi o primeiro a noticiar o vazamento de arquivos capturados por Edward Snowden da NSA, órgão de inteligência dos Estados Unidos, que apontaram o monitoramento por parte do governo americano de conversas confidenciais de cidadãos americanos.

JORNAL DO ÔNIBUS

Dallagnol defende imparcialidade da Lava Jato

Manifestação ocorre após vazamento de mensagens

O procurador federal Deltan Dallagnol defendeu ontem a imparcialidade da Lava Jato e disse que a operação acusou políticos e pessoas ligadas a diversos partidos. A manifestação ocorre depois do vazamento de mensagens extraídas do aplicativo Telegram atribuídas a procuradores da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba, entre eles Dallagnol, e ao então juiz Sérgio Moro, atual ministro da Justiça. As mensagens foram reveladas pelo site "The Intercept" na noite de domingo (9).

No vídeo, Dallagnol diz ser natural a comunicação entre juízes e procuradores sem a presença da outra parte. Afirmou ainda que o Ministério Público Federal teve processos recusados --e que 54 pessoas denunciadas pelo MPF foram absolvidas por Moro. "A Lava Jato é contra a corrupção, seja de quem ela for", afirmou.

"É normal que procuradores e advogados conversem com juízes sem a presença da outra parte. O que se deve verificar é se existiu conluio ou quebra da imparcialidade. A imparcialidade da Lava Jato é confirmada por muitos fatos. Centenas de pedidos feitos pelo Ministério Público foram negados pela Justiça. Cinquenta e quatro pessoas acusadas pelo Ministério Público foram absolvidas pelo [então] juiz federal Sérgio Moro", disse Dallagnol em um trecho do vídeo ■

11 JUN 2019

OAB defende afastamento temporário de envolvidos

O Conselho Federal da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) recomendou que os envolvidos nos vazamentos revelados pelo site The Intercept Brasil peçam afastamento dos cargos públicos que ocupam. Para a OAB, a medida seria para que as investigações corressesem “sem qualquer suspeita”.

Na nota, o conselho também considerou os fatos como graves e defendeu uma investigação plena, im-

parcial e isenta sobre o caso. Além disso, declarou que os vazamentos envolvem “possível relação de promiscuidade” na condução da operação Lava Jato.

Mensagens atribuídas ao ex-juiz Sergio Moro e ao procurador Deltan Dallagnol, do Ministério Público Federal (MPF), que foram divulgadas neste domingo (9) pelo site mostram que os dois trocavam colaborações quando integravam a força-tarefa da Operação Lava Jato. ●

MORO ABANDONA ENTREVISTA

O ministro da Justiça, Sérgio Moro, abandonou uma coletiva de imprensa em Manaus na tarde de ontem ao ser questionado se a troca de mensagens com o procurador da República, Deltan Dallagnol, relevada pelo site The Intercept Brasil, na noite deste domingo (9), revelava direcionamento das fases da Operação Lava Jato. “Se houve alguma coisa nesse sentido são operações que já haviam sido autorizadas e isso é questão de logística de saber como fazer. Senhores eu vim aqui para falar do Amazonas e se não tem pergunta a esse respeito eu encerro.”

Moro diz que mensagens não têm irregularidades

O ministro Sergio Moro afirmou nesta ontem em Manaus que não viu “nada de mais” nas mensagens que ele trocou com o procurador Deltan Dallagnol, coordenador da Lava Jato em Curitiba.

“Na verdade, eu me manifestei ontem [domingo], não vi nada de mais nas mensagens. Havia uma invasão criminosa de celulares de procuradores, pra mim isso é um fato bastante grave ter havido essa invasão e essa

divulgação. E, quanto ao conteúdo, no que diz respeito a minha pessoa, eu não vi nada de mais.”

Questionado nesta segunda-feira se orientou o Ministério Público Federal durante a Lava Jato, Moro disse: “Não tem nenhuma orientação ali. Aquelas, eu nem posso dizer que são autênticas, porque são coisas que aconteceram, se aconteceram, anos atrás. Não tenho mais essas mensagens, não guardo mais registro disso”. ●